

INFORME SEMANAL

(Semana: 02 a 06 de maio de 2022)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLENÁRIO

Câmara dos Deputados retoma atividades de comissões, e mantém pauta trancada por 8 Medidas Provisórias.

Sem projetos de interesse para a Advocacia Pública.

CTASP – TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

03/05/2022 (ter) – 10h

Anexo II, Plenário 10

→ Reunião Deliberativa

REQUERIMENTOS

2) REQUERIMENTO Nº 2/2022 - do Sr. Paulo Ramos - que "requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão para debater o reajuste dos Servidores Públicos Federais"

1. Sr. Paulo Roberto Nunes Guedes - Ministro da Economia (ou representante);

2. Representante dos Servidores:

- Banco Central – SINAL;

- INSS;

- Polícia Federal;

- Polícia Rodoviária Federal;

- DEPEN;

- Receita Federal;

- Educação;

- Saúde;

- Caixa Econômica Federal; e

- Banco do Brasil.

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2161633&filename=REQ+2/2022+CTASP

3) REQUERIMENTO Nº 3/2022 - do Sr. Rogério Correia e outros - que "requer a realização de Audiência Pública na Comissão Trabalho, Administração e Serviços Públicos - CTASP, a fim de discutir a concessão de reajuste a título de recomposição remuneratória decorrente da defasagem inflacionária dos servidores públicos federais nos aspectos relativos à política de gestão de pessoas, orçamentários, administrativos e jurídicos"

1) Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais – FONASEF

2) Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado – FONACATE

3) Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE

4) Central Única dos Trabalhadores – CUT

5) Departamento Intersindical de Estatística e Estudos e Socioeconômicos – DIEESE

6) Sec. de Gestão de Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia – SGP

7) Secretaria de Orçamento Federal do Ministério da Economia - SOF

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2161636&filename=REQ+3/2022+CTASP

INFORME SEMANAL

(Semana: 02 a 06 de maio de 2022)

PROPOSIÇÕES SUJEITAS À APRECIÇÃO DO PLENÁRIO

TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

4) **PROJETO DE LEI Nº 2.789/2021** - da Sra. Erika Kokay e outros - que "moderniza a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, e cria nova hipótese de improbidade administrativa".

RELATORA: Deputada FERNANDA MELCHIONNA.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

CFT – FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

04/05/2022 (qua) – 10h

Anexo II, Plenário 10

→ Reunião Deliberativa

PROPOSIÇÕES SUJEITAS À APRECIÇÃO DO PLENÁRIO

URGENTE

4) **PROJETO DE LEI Nº 1.890/2020** - do Sr. Charlles Evangelista - que "prorroga o prazo para pagamento de tributos e contribuições federais e estabelece formas de parcelamentos de débitos tributários durante o estado de calamidade pública ou pandemia reconhecidos pelo Governo Federal". (Apensados: PL 2169/2020 e PL 2735/2020 (Apensados: PL 3788/2020, PL 87/2021, PL 3345/2020, PL 4110/2020 e PL 4536/2020))

RELATOR: Deputado JÚLIO CESAR.

PARECER: pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 1.890/2020, e dos PLs nºs 2.169/2020, 2.735/2020, 3.345/2020, 3.788/2020, 4.110/2020, 4.536/2020, e 87/2021, apensados; e, no mérito, pela aprovação do PL nº 1.890/2020, e dos PLs nºs 2.169/2020, 2.735/2020, 3.345/2020, 3.788/2020, 4.110/2020, 4.536/2020, e do 87/2021, apensados, com substitutivo

GRUPO DE TRABALHO – APERFEIÇOAMENTO DA ADVOCACIA PÚBLICA FEDERAL

- Não há reunião deliberativa marcada para esta semana até o presente momento.

INFORME SEMANAL

(Semana: 02 a 06 de maio de 2022)

SENADO FEDERAL

PLENÁRIO

Na pauta do Plenário do Senado Federal não há projeto de interesse para a advocacia pública. Porém, o PL 5284/2020 (garantias ao advogado) pode ser incluído extrapauta na quarta-feira (04), após votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

CCJ – CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

04/05/2022 (qua) – 10h

Ala Senador Alexandre Costa, Plenário 03

→ Reunião Deliberativa

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 5284, DE 2020

Não Terminativo

Altera as Leis nºs 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia), e 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para incluir disposições sobre a atividade privativa de advogado, a fiscalização, a competência, as prerrogativas, as sociedades de advogados, o advogado associado, os honorários advocatícios, os limites de impedimentos ao exercício da advocacia e a suspensão de prazo no processo penal.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: A ser apresentado.

Observações:

- Em 31/03/2022, foram recebidas as emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Carlos Portinho.

CJNLIMP – COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI PARA ATUALIZAÇÃO DA LEI N. 1.079, DE 1950 (CRIME DE RESPONSABILIDADE)

06/05/2022 (sex) – 11h

Ala Senador Alexandre Costa, Plenário 03

→ Reunião solene de instalação

- Debater sugestões dos membros para anteprojeto de atualização da Lei nº 1.079, de 1950